



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
DA SAÚDE**

**TRABALHO, ADOECIMENTO MENTAL E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA
SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO NARRATIVA**

SUZI CARINA CHAVES

Foz do Iguaçu
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA
SAÚDE**

**TRABALHO, ADOECIMENTO MENTAL E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA
SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO NARRATIVA**

SUZI CARINA CHAVES

Artigo apresentado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão da Saúde

Orientador: Prof. Dr. Robson Zazula

Foz do Iguaçu
2023

SUZI CARINA CHAVES

**TRABALHO, ADOECIMENTO MENTAL E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA
SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO NARRATIVA**

Artigo apresentado à Universidade Federal da
Integração Latino-Americana como requisito
parcial para a obtenção do título de Especialista
em Gestão da Saúde

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Robson Zazula
UNILA

Profa. (Titulação) (Nome do/a Professor/a)
(Sigla da Instituição)

Profa. (Titulação) (Nome do/a Professor/a)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, 08 de julho de 2023.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do/a autor/a: Suzi Carina Chaves

Curso: Especialização em Gestão da Saúde

	Tipo de Documento
(.....) graduação	() artigo
(X) especialização	(X..) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: TRABALHO, ADOECIMENTO MENTAL E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO NARRATIVA

Nome do orientador(a): Robson Zazula

Data da Defesa: 08/07/2023

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

*Dedico este trabalho a minha família,
que a todo momento apoia minhas
decisões.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meu orientador pela constante orientação neste trabalho, sobre as dicas e trocas de ideias.

Aos professores do curso pelas trocas de conhecimento que a mim foram muito importantes.

Aos colegas de curso, que mesmo a distância podemos fazer trocas e nos conhecermos um pouquinho através do mundo virtual.

Agradeço ao meu marido, por ceder parte do seu tempo me auxiliando nesta pós, me levando nas viagens para realizações das provas, enfim você foi fundamental para esta conquista.

*Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doença.
(Organização Mundial de Saúde)*

RESUMO

As novas configurações de trabalho na contemporaneidade impulsionam os sujeitos a se submeterem a condições de trabalho que consideram muitas vezes prejudiciais a suas saúdes, os levando aos mais variados acometimentos de saúde. Muitos trabalhadores se submetem a tais condições devido ao medo de ficar desempregados e não conseguirem sua subsistência e de sua família. Atualmente, muitos sujeitos necessitam de afastamentos de suas atividades laborais devido a adoecimentos gerados no ambiente laboral. Até muito pouco tempo, os adoecimentos laborais eram vistos somente quando interferia a condição física dos sujeitos, porém o crescente número de adoecimentos mentais e comportamentais associados as condições de trabalho, tem levados a novas concepções destes sujeitos que adoecem. Os afastamentos laborais devido a condições de saúde mental é um fenômeno mundial, no Brasil, já ocupa a terceira principal causa de longos afastamentos dos sujeitos de suas atividades laborais, tornando-se então, um problema de saúde pública. O presente trabalho teve como objetivo central apresentar a forma como o trabalho é visto socialmente e como pode ser ele fonte de prazer e de dignificação da condição humana, quanto fator extremamente relevante no adoecimento dos sujeitos. Para tal análise foi realizada pesquisa bibliográfica em fontes de dados online, com a pesquisa das seguintes palavras chaves: Trabalho, adoecimento no trabalho e adoecimento mental no trabalho. Pode-se concluir o quanto o trabalho tem papel central na vida dos indivíduos e os significados que a ele são atribuídos, conclui-se ainda que o número de adoecimentos mentais vem aumentando e causando um alto custo a saúde pública e a assistência social. A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), visando o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, apontando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos contemporâneos. Dessa forma se faz essencial, sendo também um dos grandes desafios, colocar em prática as estratégias descritas na própria política, ademais, é necessário pensar em estratégias além das descritas na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e trabalhadora, principalmente se tratando de saúde mental, pois a situação é ainda mais delicada, uma vez que os adoecimentos psicológicos ainda são permeados de preconceitos e muitas vezes camuflados atrás de patologias físicas.

Palavras-chave: Trabalho; Saúde do trabalhador; Adoecimento no trabalho; Saúde Mental do Trabalhador; Prevenção em saúde; Revisão Narrativa.

RESUMEN

Las nuevas configuraciones de trabajo en la contemporaneidad empujan a los sujetos a someterse a condiciones de trabajo que consideran muchas veces nocivas para su salud, llevándolos a los más variados problemas de salud. Muchos trabajadores se someten a tales condiciones por temor a quedar desempleados y no poder mantenerse a sí mismos ya sus familias. Actualmente, muchos sujetos necesitan licencias de sus actividades laborales por enfermedades generadas en el ambiente laboral. Hasta hace muy poco tiempo, las enfermedades relacionadas con el trabajo se veían solo cuando interfería la condición física de los sujetos, pero el creciente número de enfermedades mentales y conductuales asociadas a las condiciones de trabajo ha llevado a nuevas concepciones de estos sujetos que enferman. La licencia laboral por condiciones de salud mental es un fenómeno mundial, en Brasil ya ocupa la tercera causa de ausencias prolongadas de los sujetos de sus actividades laborales, convirtiéndose así en un problema de salud pública. El objetivo principal de este trabajo fue presentar cómo el trabajo es visto socialmente y cómo éste puede ser fuente de placer y dignificación de la condición humana, como factor sumamente relevante en la enfermedad de los sujetos. Para este análisis, se realizó una investigación bibliográfica en fuentes de datos en línea, con la búsqueda de las siguientes palabras clave: Trabajo, enfermedad en el trabajo y enfermedad mental en el trabajo. Se puede concluir cuánto el trabajo juega un papel central en la vida de los individuos y los significados que se le atribuyen, también se concluye que el número de enfermedades mentales va en aumento y provocando un alto costo para la salud pública y la asistencia social. La Política Nacional de Salud del Trabajador y de los Trabajadores tiene como objetivo definir los principios, directrices y estrategias que deben observar las tres esferas de gestión del Sistema Único de Salud (SUS), visando el desarrollo de la atención integral a la salud de los trabajadores, apuntando a la la promoción y protección de la salud de los trabajadores y la reducción de la morbilidad y mortalidad derivadas de los modelos de desarrollo y procesos productivos contemporáneos. De esta forma, es fundamental, y también uno de los grandes desafíos, poner en práctica las estrategias descritas en la propia política, además, es necesario pensar en estrategias adicionales a las descritas en la Política Nacional de Trabajo y Salud del Trabajador, especialmente cuando se trata de salud mental, porque la situación es aún más delicada, ya que las enfermedades psicológicas aún están permeadas por prejuicios y muchas veces camufladas detrás de patologías físicas.

Palabras clave: Trabajo; salud del trabajador; enfermedad en el trabajo; Salud Mental del Trabajador; Prevención de la salud; Revisión narrativa

ABSTRACT

The new configurations of work in contemporary times drive subjects to submit to working conditions that they consider often harmful to their health, leading them to the most varied health problems. Many workers submit to such conditions due to the fear of becoming unemployed and not being able to support themselves and their families. Currently, many subjects need leave from their work activities due to illnesses generated in the work environment. Until very recently, work-related illnesses were seen only when the physical condition of the subjects interfered, but the growing number of mental and behavioral illnesses associated with working conditions has led to new conceptions of these subjects who become ill. Work leave due to mental health conditions is a worldwide phenomenon, in Brazil it already occupies the third leading cause of long absences of subjects from their work activities, thus becoming a public health problem. The main objective of this work was to present how work is seen socially and how it can be a source of pleasure and dignification of the human condition, as an extremely relevant factor in the subjects' illness. For this analysis, a bibliographical research was carried out in online data sources, with the search for the following keywords: Work, illness at work and mental illness at work. It can be concluded how much work plays a central role in the lives of individuals and the meanings attributed to it, it is also concluded that the number of mental illnesses is increasing and causing a high cost to public health and social assistance. The National Policy on Worker's and Worker's Health aims to define the principles, guidelines and strategies to be observed by the three spheres of management of the Unified Health System (SUS), aiming at the development of comprehensive care for workers' health, pointing to the promotion and protection of workers' health and the reduction of morbidity and mortality resulting from development models and contemporary production processes. In this way, it is essential, and also one of the great challenges, to put into practice the strategies described in the policy itself, in addition, it is necessary to think of strategies in addition to those described in the National Policy on Worker and Worker Health, especially when it comes to mental health, because the situation is even more delicate, since psychological illnesses are still permeated by prejudices and often camouflaged behind physical pathologies.

Key words: Work; Worker's health; Illness at work; Worker's Mental Health; Health prevention; Narrative Review.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
DORT	Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
LDRT	Listas de Doenças Relacionadas ao Trabalho
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SUS	Sistema Único de Saúde
UE	União Européia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. O TRABALHO E SEUS SIGNIFICANTES	13
3. TRABALHO E ADOECIMENTO LABORAL	17
4. SAÚDE MENTAL E TRABALHO	24
5. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL E TRABALHO	27
6. ESTRATÉGIAS EM SAÚDE MENTAL PARA SAÚDE DO TRABALHADOR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A relação entre a saúde mental da população com as condições de trabalho na atualidade apresenta uma séria condição que precisa ser vista como problema de saúde pública, com urgente necessidade de intervenções para que este panorama mude. O trabalho, ora visto como emancipador e dignificador da condição humana, passou a ser visto como causador principal de adoecimentos, seja nas condições físicas ou relacionadas as condições psíquicas dos trabalhadores. A contemporaneidade e o surgimento do capitalismo relacionaram o trabalho como papel central na vida dos sujeitos, pois é este que possibilitará ou não que os desejos de consumos sejam realizados (ELIAS; NAVARRO, 2006; MORIN, 2001).

A busca pela realização de seus desejos e necessidades, em um mundo amplamente competitivo, favorece que os indivíduos se sujeitem a condições de trabalhos degradantes. Muitas vezes essas vão contra as suas vontades e essências, desencadeando uma série de situações que podem levar estes indivíduos aos adoecimentos, sejam eles físicos e/ou mentais. Atualmente milhares de sujeitos protagonizam longos afastamentos laborais devido aos adoecimentos psíquicos. Mundialmente este fenômeno ocupa a quinta colocação no ranking de afastamentos, enquanto no Brasil se caracteriza por ser a terceira causa de longos afastamentos laborais (FERNANDES *et al.*, 2018).

Neste contexto, a presente pesquisa pretendeu analisar tal contexto com o objetivo de refletir acerca desta temática, as quais podem ser utilizadas para se pensar estratégias para mudança dessa realidade. Para tanto, o presente estudo se trata de uma revisão narrativa com foco na saúde mental do trabalhador, por meio de uma pesquisa bibliográfica em bases de dados online, com as seguintes palavras chaves: políticas públicas de saúde do trabalhador, adoecimento no trabalho e adoecimento mental no trabalho.

A temática da pesquisa surgiu pelo fato de a pesquisadora ser psicóloga e trabalhadora de um Caps I, e no decorrer de sua rotina de trabalho perceber um crescente número de casos de pacientes adoecidos psiquicamente devido a questões relacionadas ao trabalho.

Embora a saúde mental do trabalhador seja importante e deva ser considerada dentro das políticas públicas, poucos estudos descrevendo estratégias de intervenção neste contexto tem sido relatados na literatura. Neste sentido, o

presente trabalho objetiva apresentar a forma como o trabalho é visto socialmente e como pode ser ele fonte de prazer e de dignificação da condição humana, quanto fator extremamente relevante no adoecimento dos sujeitos.

2. O TRABALHO E SEUS SIGNIFICANTES

Primeiramente, é importante que compreendamos o trabalho e seus significantes. Toda e qualquer atividade humana é considerada como um ato produtivo que modifica algo e produz alguma coisa. Os seres humanos, sejam homens e/ou mulheres, *“durante toda sua história, através dos tempos, estiveram ligados, de um modo ou de outro, a atos produtivos, mudando a natureza”* (MERHY; FRANCO, 2009, p. 278). Ainda para Merhy e Franco (2009, p. 278), *“ao trabalharmos, todos nós, modificamos a natureza e nos modificamos”*.

O trabalho é uma ação valorizada pelos indivíduos e possui um importante papel na sociedade. Quando os sujeitos se sentem produtivos, experimentam uma sensação prazerosa de pertencer a algo, de estar vinculado com os demais sujeitos, evitando o tédio e tendo objetivos nas suas vidas. Além disso, é importante considerar o valor que a sociedade, de um modo geral, atribui ao trabalho e, conseqüentemente, ao ‘ser trabalhador’ (MORIN, 2001).

Há autores, como Karl Marx, que dizem que o trabalho é a essência da humanidade dos homens, ou como Paulo Freire, que afirma que a cultura é dada pela forma como trabalhamos o mundo, para que possa fazer sentido para nós. Quando caçávamos animais, estávamos dizendo que os animais estavam aí para serem nossos alimentos, dávamos este sentido de existência para eles. Hoje, é assim também (MERHY; FRANCO, 2009, p. 279).

Para Natividade e Coutinho (2012, p. 430), o trabalho, além de ocupar um lugar central na organização da sociedade, *“pode ser considerado um regulador da vida em sociedade, pois é com base nele que o sujeito planeja e organiza os outros aspectos de sua vida”*. Em outras palavras, a vida se baseia no trabalho e nas relações que o envolvem. Outro fator a ser considerado é que *“os sentidos atribuídos ao trabalho não se constituem somente a partir do momento em que se começa a trabalhar efetivamente, mas sim vão se constituindo ao longo da vida”*, iniciando desde a infância (NATIVIDADE; COUTINHO, 2012, p. 431).

Podemos verificar que a palavra trabalho traz consigo múltiplos significados e pode ser definido como uma atividade que tem um objetivo e, para tal, existe um gasto de energia para produção de algo útil, podendo ser agradável ou não, estar associado a trocas de natureza econômica ou não, e ser executado ou não dentro de um emprego. Em linhas gerais, o trabalho deveria ser algo útil com objetivos definidos que gerasse certo prazer em sua execução (MORIN, 2001).

Não há um consenso específico sobre a data de nascimento do ‘trabalho’. Schwartz (2011, p. 20) argumenta ser *“lógico datar o nascimento do trabalho a partir da fabricação das primeiras ferramentas”*. Para o autor, a *“[...] fabricação amplamente padronizada de objetos, mediatizando a relação de uma população com seu meio de existência, no eixo de uma transformação, culturalmente transmitida, das normas de satisfação da vida [...]”* dão início ao conceito atualmente conhecido como trabalho (SCHWARTZ, 2011, p. 20).

No entanto, os estudos de Natividade e Coutinho (2012) pontuam que cada sujeito atribui sentidos e significados particulares à realidade que envolve o trabalho e sua execução, ou seja, não são fixas e vão se modificando no decorrer do tempo. Em conformidade com Natividade Coutinho (2012), as autoras Merhy e Franco afirmam que *“as sociedades e as formas de organização do trabalho, portanto, têm história. Variam no tempo, modificam-se assim como nós”* (MERHY; FRANCO, 2009, p. 279).

Lhuillier (2013) afirma que hoje o sentido do trabalho vem evoluindo, *“mas uma dimensão de limitação, pressão e constrangimento perdura através da noção de esforço: não existe trabalho sem que a atividade se apoie sobre a mobilização de energia, uma tensão em direção a um objetivo”* (p. 483). Desta forma, a noção de esforço está sempre presente no conceito de trabalho, o esforço estará direcionado ao alcance de um objetivo, ou seja, ao alcance de algo útil aos trabalhadores.

A temática do trabalho é frequentemente objeto de debate na comunidade científica por diferentes concepções acerca de seu conceito, de seu lugar e sua função social para os indivíduos. Para alguns estudiosos, o conceito de trabalho estaria passando para o início de uma ideologia do trabalho – valor, enquanto outros o veem como principal vetor de integração e coesão social e de identidade (LHUILIER, 2013). De acordo com Morin,

[...] O trabalho é uma atividade que se inscreve no desenvolvimento de uma

sociedade; ele deve, conseqüentemente, respeitar as prescrições relativas ao dever e ao saber viver em sociedade, tanto na sua execução como nos objetivos que ele almeja e nas relações que ele estabelece. Em outras palavras, o trabalho deve ser feito de maneira socialmente responsável (2001, p.16).

Os estudos de Morin (2001) apontam que para o trabalhador se sentir satisfeito com as atividades desempenhadas, há três estados psicológicos que precisam ser supridos e que impactam diretamente na motivação e satisfação do trabalhador em seu trabalho. O mesmo autor cita os três estados, sendo “[...] o *sentido que uma pessoa encontra na função exercida, o sentimento de responsabilidade que ela vivencia em relação aos resultados obtidos e o conhecimento de seu desempenho no trabalho*” (MORIN, 2001, p. 10). Desta forma, para que o trabalho tenha sentido na vida dos sujeitos é necessário que ele se sinta importante, útil e legítimo.

Os estudos de Morin (2001) trazem no modelo de Hackman e Oldham (1976 *apud* MORIN, 2001, p. 10) três características que dão sentido ao trabalho, sendo elas:

1. A variedade das tarefas: a capacidade de um trabalho requerer uma variedade de tarefas que exijam uma variedade de competências.
2. A identidade do trabalho: a capacidade de um trabalho permitir a realização de algo do começo ao fim, com um resultado tangível, identificável.
3. O significado do trabalho: a capacidade de um trabalho ter um impacto significativo sobre o bem-estar ou sobre o trabalho de outras pessoas, seja na sua organização seja no ambiente social.

O autor destaca que ter certa autonomia na realização das tarefas permite aos indivíduos um sentimento de responsabilidade. Em outras palavras, a liberdade e independência da pessoa para executar sua atividade laboral, exercendo os ajustes necessários para alcançar os objetivos almejados, traz consigo um sentimento de prazer e satisfação em seu desempenho (MORIN, 2001).

O prazer e o sentimento de realização que podem ser obtidos na execução de tarefas dão um sentido ao trabalho. A execução de tarefas permite exercer seus talentos e suas competências, resolver problemas, fazer novas experiências, aprender novas competências, resumindo, realizar-se, atualizar seu potencial e aumentar sua autonomia (MORIN, 2001, p.16).

Por meio do trabalho, as pessoas se relacionam, relacionamentos estes que contribuem no desenvolvimento de suas identidades, “*manter relações numerosas, e*

as vezes intensas, age como um verdadeiro estimulante para si mesmo, não somente no desenvolvimento de sua identidade pessoal e social, mas também para seu desenvolvimento de laços de afeições duráveis” (MORIN, 2001, p.17). Desta forma, o também trabalho auxilia o indivíduo nos seus problemas existenciais de solidão e morte.

Além disto, a atividade de trabalho tem um caráter fundamentalmente social: ela não pode ser somente uma atividade imediata, solitária, respondendo exclusivamente a uma satisfação de desejos individuais. O trabalho é realizado com os outros, para os outros, ele é subordinado a um objetivo coletivo, organizado e coordenado, canalizado, gerido. Assim sendo, ele é objeto de enfrentamento e de conflitos (LHUILIER, 2013, p. 483).

Para Lhuillier (2013), o trabalho significa o relacionar-se com o outro em uma atividade coordenada, na qual existe o reconhecimento e a validação dele por este outro. Sendo assim, *“o trabalho compreende sempre uma referência ao outro como destinatário, como coautor, como prescritor”* (p. 486). Desta maneira, podemos deduzir que trabalhar está na inserção do acesso social e na troca e interação de um sujeito com o outro(s) sujeitos na associação de contribuição e retribuição.

Resta destacar que Natividade e Coutinho (2012) direcionam a questão do trabalho no capitalismo de consumo, em que o trabalho propicia o consumo, *“[...] produz-se mais para consumir mais”* (p. 434). Será a remuneração que o indivíduo recebe que ditará o quanto vai poder consumir, se mais ou menos, se *“[...] vai poder adquirir somente o necessário para sua subsistência ou adquirir outros objetos de desejo”* (NATIVIDADE; COUTINHO, 2010, p. 434).

Em concordância com Natividade e Coutinho (2012), Merhy e Franco (2009) afirmam que nas sociedades capitalistas, *“o produto do trabalho do trabalhador é do patrão ou da empresa que o emprega. Ele só recebe um salário por trabalhar e não pelos produtos que produz”* (p. 280). Desta forma, a riqueza da sociedade é visivelmente desigual, pois o trabalhador não recebe a quantidade real produzida por seu trabalho.

Ao longo da história, com as transformações econômico-sociais e o advento do capitalismo, houve a intensificação do trabalho como dimensão central na vida do sujeito, bem como categoria teórica para compreensão da vida em sociedade. Na sociedade contemporânea, regida pelo modo de produção capitalista, o trabalho aparece como prioritário sobre as outras esferas da vida – para o sujeito assumir suas relações familiares cuidado com a saúde etc., ele necessita receber uma remuneração para conseguir

sobreviver/consumir (NATIVIDADE; COUTINHO, 2012, p. 434).

Neste direcionamento de Natividade e Coutinho (2012, p. 435) afirmam que *“não só ao trabalho, mas também aos sujeitos são atribuídos sentidos de acordo com aquilo que eles têm ou podem possuir, em detrimento daquilo que fazem ou das atitudes tomadas em suas vidas”*. Isso significa dizer que o sujeito visualiza o trabalho como mercadoria, como uma troca de mão de obra por uma remuneração e *“[...] dependendo do quanto o sujeito pode consumir, sua qualidade de vida é avaliada como melhor ou pior”*.

As autoras acima citadas referem que *“[...] com base nessa visão econômica, o trabalho é significado como um valor de troca”*. Elas consideram *“de extrema relevância o rompimento dessa visão, e que o trabalho possa também ser significado como forma de emancipação humana”* para tal faz-se necessário criar estratégias em que o pensar e o fazer caminhem lado a lado, pois são indissociáveis a nossa humanização (NATIVIDADE; COUTINHO, 2012, p. 435).

Sendo assim, a necessidade de trabalhar para gerar a própria subsistência, impõe-se a formas de trabalhos adoecedoras e geradoras de sofrimento tanto físico como mental, dos quais as pessoas muitas vezes não conseguem escapar. Não vendo outra maneira de sobreviver, não conseguindo um trabalho do qual goste precisa se adaptar a este que a adoce (NATIVIDADE; COUTINHO, 2012).

Nesta lógica, Lhuillier (2013, p. 484) reflete sobre como *“[...] o trabalho, então, perde sua dimensão emancipatória para não conservar nada mais do que seu caráter de necessidade, de ordem”*. Neste viés, entra essencialmente o caráter de domesticação da natureza e do homem em si, restando *“[...] então, essencialmente, a dominação social”*. Para a autora, podemos *“entender a questão do sofrimento ou do prazer no trabalho como aquela de um mau uso de si ou, inversamente, como um uso que satisfaz as exigências de afirmação de um Eu, de uma identidade”* (LHUILIER, 2013, p.485). Neste sentido, na próxima seção será abordado não apenas questões relacionadas ao trabalho, mas também aspectos relacionados ao adoecimento do trabalhador relacionado às atividades laborais.

3. TRABALHO E ADOECIMENTO LABORAL

O trabalho exerce função significativa na vida do ser humano, influenciando e impactando sua forma de ver o mundo, bem com e vivenciar suas relações sociais. Possuir uma renda advinda de um emprego formal favorece um sentimento de dignidade e sensação de qualidade de vida e bem-estar. Porém, o trabalho constantemente pode causar outros tipos de sentimentos, os quais podem ser experienciados de forma negativas ou depreciativas podendo levar ao adoecimento (MOURA, 2019).

Morin (2001) dialoga e compactua com Moura (2019) o sentido do trabalho. Para a primeira autora, o trabalho “[...] *é uma atividade produtiva que valoriza alguma coisa*” e destaca ainda, que *“muitas pessoas relatam que um trabalho que tem sentido é aquele que corresponde à personalidade, aos talentos e aos desejos delas”* (p. 16). Nesta lógica, o trabalho está associado tanto a questões positivas quanto negativas, podendo ora ser fonte de prazer e satisfação e ora de desprazer e sofrimento.

Conforme Natividade e Coutinho (2012, p. 435) *“a positividade do trabalho estaria associada as possibilidades de humanização e libertação humana”*, pois seria por meio do trabalho que o homem conseguiria realizar seus desejos no mundo enquanto ser humano. No entanto, ainda de acordo com Natividade e Coutinho, quando o trabalho é visto pela lógica de mercadoria, *“[...] o trabalho deixa de ser emancipatório se torna gerador de sofrimento, revelando, assim, a sua negatividade”* (p. 435).

Encontramos nos estudos de Morin (2001, p. 16) que o sentimento de positividade do trabalho ocorre quando *“[...] o interesse de tal trabalho também se origina das possibilidades que ele oferece para provar seus valores pessoais e para realizar suas ambições”*. O trabalho pode possibilitar aos indivíduos realizações pessoais, *“[...] dando oportunidades para vencer desafios ou perseguir ideais”*, de outra forma, pode ser também, o trabalho, a barreira para que tais interesses e ambições ocorram (MORIN, 2001, p. 16).

Em concordância com o conteúdo acima citado, Spode e Merlo (2006) direcionam que, ao falarmos em trabalho, estamos nos remetemos na sua execução propriamente dita. Os autores sugerem que existem diferenças entre o trabalho prescrito e o trabalho real, diferenças estas que devem ser gerida pelo trabalhador, o que influencia diretamente nas suas relações intersubjetivas de trabalho. Tais pontos emergem *“[...] uma série de aspectos que podem ser tanto fonte de prazer, quanto*

fonte de sofrimento para esses sujeitos”, (SPODE; MERLO, 2006, p. 363). Os autores definem em seus estudos duas esferas do trabalho:

[...] a esfera que abarca, por um lado, o modo operatório prescrito (conteúdo das tarefas) e, por outro, a divisão das tarefas e dos homens e mulheres pela repartição das responsabilidades, hierarquia, comando e controle (relações no trabalho). A organização do trabalho constitui-se, portanto, de uma dimensão que transcende os aspectos técnicos, pois é social e construída no lastro de uma relação intersubjetiva (SPODE; MERLO, 2006, p. 363).

O trabalho prescrito seria o apresentado ao trabalhador, o que deve ser cumprido segundo as normas e definições *“cujas diretrizes geralmente são dadas considerando uma situação modelo, negligenciando as variabilidades das situações de trabalho”* (SPODE; MERLO, 2006, p. 363). Porém, é preciso se considerar a complexidade da realidade do trabalho, aquela imprevisível pela prescrição do trabalho real que *“[...] exige dar conta daquilo que, independentemente da qualidade da concepção e da precisão dos procedimentos, impõe-se inexoravelmente aos trabalhadores por meio do imprevisto, do inesperado, daquilo que foge à prescrição”* (SPODE; MERLO, 2006, p. 363). Portanto, o trabalho real exige dos trabalhadores ajustamentos em face do trabalho prescrito.

Nessas situações, o engajamento subjetivo é convocado mediante procedimentos e decisões que, muitas vezes, antecipam-se à consciência e à simbolização dos atos práticos, uma vez que, conforme Dejours (1997, p. 24-25), mais do que resultado lógico de um diagnóstico exato, trata-se de decisões no *“sentido forte do termo, isto é, daquilo que concerne às situações inéditas para os atores, ou às situações em que a análise não pode ser liquidada a priori”*. A saúde e o prazer no trabalho estão, dentro desta abordagem, justamente na possibilidade de que os sujeitos negociem com a organização prescrita do trabalho sua inscrição no domínio do trabalho real, ou seja, na possibilidade de criar (SPODE; MERLO, 2006, p. 363).

Lhuillier (2013, p. 483-484) concorda que *“entre trabalho sonhado e trabalho prescrito, a atividade é sempre o encontro singular de um sujeito e de uma situação concreta, encontro onde o outro é sempre convocado”* a alguma coisa, sendo que o *“trabalho é bem a cena onde se confrontam, simultânea e dialeticamente, a relação consigo, a relação com o outro e a relação real”*.

Para Morin (2001, p.16) *“[...] a maneira como os indivíduos trabalham e o que eles produzem tem um impacto sobre o que pensam e na maneira como percebem sua liberdade e sua independência”*. É importante destacar que o processo de

trabalho e seu fruto ajudam o indivíduo a descobrir e formar sua identidade. Além disso, quanto menor for a liberdade do trabalhador em sua função, menor será sua autonomia na tomada de decisão e mais propícias serão as condições que poderão gerar adoecimento. Morin (2001), discorre sobre a importância dos sujeitos na percepção do trabalho, para o autor *“é importante que quem o realize saiba para onde ele conduz; em outras palavras, é essencial que os objetivos sejam claros e valorizados e que os resultados tenham valor aos olhos de quem realiza”* (MORIN, 2001, p. 18).

Moura (2019) direciona seus estudos para o contexto atual, apontando na contemporaneidade fatores relacionados ao estresse, que estão altamente associados ao adoecimento laboral. Este mesmo autor nos traz alguns fatores associados ao estresse nos ambientes laborais como, por exemplo, *“uma jornada de trabalho pesada, tensão na relação com os colegas e a percepção do local de trabalho como ameaçador”* (p. 73). Tais situações podem acarretar o aparecimento de sofrimento, constrangimento e, conseqüentemente, de adoecimento, sendo que, atualmente, questões relacionadas ao estresse são os maiores causadores de adoecimentos relacionados ao trabalho.

O prazer no trabalho está ligado à ação, mas não a qualquer ação: liga-se à ação que a pessoa pode reconhecer como sua, que responde a seus valores, a seu ideal, uma ação na qual ela se sinta responsável e autônoma, que responda ao duplo jogo da relação ao trabalho: encontrar sentido nesta ação e extrair dela um duplo reconhecimento, ou um lado a seus próprios olhos (em termos de imagem de si) e por outro lado aos olhos dos outros (LHUILIER, 2013, p. 485).

Fernandes *et al.* (2018) destacam que alguns profissionais acabam mais expostos a patologias profissionais que outros. Este grupo de autoras exemplifica o caso de profissionais que trabalham no horário noturno, que *“estão mais expostos às patologias relacionadas ao sono, visto que a privação do sono provoca alterações no ciclo de vigília”* (p. 283), para as autoras as conseqüências de tal privação interfere diretamente no rendimento físico e mental destes trabalhadores. As autoras citam que estudos realizados com trabalhadores noturnos indicam que estes acabam sendo influenciados de maneira negativa em sua percepção de qualidade de vida, sendo a privação do sono no horário noturno fator *“gerador de estresse, impaciência, irritabilidade, agressividade, desconforto, tristeza, isolamento e falta de ânimo e de energia”* (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 284).

Conforme Morin (2001, p. 16), os indivíduos necessitam que sua função seja considerada útil por ele, pois o sujeito, ao realizar um trabalho que considere que não serve para nada, *“que não comporta nenhum interesse humano, em um meio ambiente onde as relações são superficiais, contribui para tornar o trabalho absurdo”*. Assim, este se torna fonte de desprazer que, a curto ou longo prazo, levam ao adoecimento. As pesquisas de Elias e Navarro (2006, p. 524) também relacionam o adoecimento laboral com questões de prazer e desprazer percebidas pelos sujeitos, citando que *“o prazer no trabalho, a fuga do desprazer são desejos permanentes de todas as pessoas, mas, em face das exigências da organização do trabalho, esse acaba por conduzir ao sofrimento”*.

Lhuillier (2013, p. 484) remete sobre o duplo valor do trabalho, *“por vezes espaço privilegiado da construção do sujeito e, por outras, universo de pressões e de exploração [...]”*. Para o autor, *“quando o trabalho se faz não sem o desejo, mas contra ele, quando o peso das pressões é tal que não há nenhum espaço para o jogo da sublimação, acontece uma luta contra si”* (LHUILIER, 2013, p. 485) e a partir desta luta interna e muitas vezes externa do sujeito surgem os adoecimentos.

O trabalho em migalhas exige renunciar a seus sonhos, a seus fantasmas, salvo se subverter os modos operatórios impostos e religar com a “inteligência astuta”, inteligência fundamentalmente transgressiva que se manifesta através da imaginação, da invenção, da inovação, da bricolagem. O trabalho é bem a cena onde se prossegue esta busca identitária que impulsiona o sujeito a criar, a manifestar e a fazer reconhecer sua singularidade através de suas práticas (LHUILIER, 2013, p.485).

É preciso que o trabalho tenha sentido a quem o realiza, que favoreça e possibilite sua autonomia e garantia de segurança, ou seja, o trabalho deve estar *“associado a noção de emprego e a condição de receber um salário que permita garantir a sobrevivência”* (MORIN, 2007, p. 48). Neste sentido, quando *“finalmente, um trabalho que faz sentido é aquele que mantém as pessoas ocupadas, isto é, ocupa o tempo da vida, evita o vazio e a ansiedade [...]”* (MORIN, 2007, p. 48).

Conforme Antunes e Praun (2015, p. 409), nas últimas três décadas do século XX houve um impacto profundo no mundo do trabalho com a transformações capitalistas. Estas, acarretaram significativamente nos adoecimentos com base laboral, *“sobretudo aqueles relacionados às lesões osteomusculares a transtornos mentais”*. Para estes autores, *“os acidentes de trabalho e as manifestações de adoecimento com nexos laborais não são fenômenos novos, mas processos tão*

antigos quanto a submissão do trabalho as diferentes formas de exploração” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 410).

No Brasil, por ser um país subdesenvolvido, *“a problemática acerca do desemprego é recorrente e força os trabalhadores a continuarem exercendo atividades nas quais não se sentem satisfeitos por questão de subsistência”* (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 284). Nesta linha de pensamento, podemos associar a atividade humana ao que Hanna Arendt denominou de ‘labor’, sendo explicada como *“uma atividade vinculada à sobrevivência imediata e que se perpetua na repetição dos gestos e do que ela produz; uma atividade na qual o trabalhador não domina o processo e não detém o produto, sendo servo e não senhor da matéria que trabalha”* (BORSOI, 2007, p.104).

Moura (2019) relata a necessidade de se discutir o viés acadêmico de trabalho e adoecimento. Conforme o autor, até meados da década de 90 eram escassas pesquisas científicas voltadas para a relação entre acometimentos de saúde e trabalho nos mais variados contextos profissionais laborais, menos ainda em saúde mental, o que dificultava associar muitos adoecimentos com sua real origem, ficando mais no campo dos adoecimentos físicos por serem visíveis. Dias e Andrade (2020) concordam com Moura (2019) ao afirmarem que os adoecimentos laborais relacionados a questões psicológicas muitas vezes demoram para serem diagnosticados. Estes frequentemente apresentam sintomas habituais a outras doenças físicas, dessa forma vão ficando mais intenso, uma vez que se trata inicialmente o sintoma e não a causa.

Outro fator a ser considerado é a subnotificação relacionada a acidentes de trabalho. Em linhas gerais, não se tem dados exatos de adoecimentos e acometimentos relacionados ao mundo laboral. É fato que *“as mudanças em cursos nas últimas décadas vem produzindo indicadores de acidentes e doenças profissionais cada vez mais altos”* e isso se deve *“menos que, por conveniência política e econômica, impere a não notificação, que se expressa de forma ainda mais aguda no caso das doenças profissionais”* (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 409-410).

Diante deste contexto, as precárias condições laborais contribuem de forma significativa *“para a deterioração das condições de saúde e segurança no trabalho no Brasil”* (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 422). Percebe-se que as mudanças ocorridas nas últimas décadas *“resultaram na constituição de um exército de*

trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 423). Os estudos de Antunes e Praun (2015) trazem uma discussão extremamente significativa em relação ao adoecimento relacionado ao trabalho, sendo a questão da prática de terceirização dos trabalhadores. Esta prática de contratação acaba deixando os trabalhadores ainda mais vulneráveis a riscos e acidentes de trabalho. Antunes e Praun (2015) apontam ainda que nesta categoria os acidentes têm sido maiores,

em contraposição ao discurso que justifica a terceirização como parte da “modernização” das empresas na era da globalização, visando maior “especialização” das atividades produtivas, as pesquisas atestam que as empresas terceirizam também para transferir os riscos para os trabalhadores, desobrigando-se de cumprir e seguir as exigências da legislação e dos direitos trabalhistas, que se tornam de responsabilidade das empresas de terceirização (p. 423).

Desta forma, a terceirização dos profissionais torna ainda mais precários os processos de trabalho no Brasil

constituindo-se num fenômeno presente praticamente em todos os ramos, setores e espaços de trabalho, pois é uma prática de gestão/organização/controle da força de trabalho que discrimina, ao mesmo tempo em que flexibiliza os contratos, eximindo-se da proteção trabalhista (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 423).

Os mesmos autores destacam ainda que ao longo do século XX, junto com as novas formas de contrato e práticas de trabalho, *“novas formas de acidentes e adoecimentos com nexos laborais passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho”* (p.410). Isso devido a nova lógica de produção em massa, de controle e intensificação de trabalho, não se tratando,

[...] portanto, de mero acaso que a maior incidência de casos de lesões por esforços repetitivos/distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/Dort) e de transtornos mentais ocorra simultaneamente à disseminação em escala global dos processos de reorganização do trabalho e da produção e, de maneira articulada, à expansão das diferentes formas de precarização do trabalho, entre elas a expansão da terceirização (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 423-424).

Fato é que as novas formas de trabalho e as constantes mudanças

estabelecidas aos sujeitos estão gerando não só adoecimentos com sintomas físicos, mas um aumento acentuado de sujeitos adoecidos psiquicamente. Dentre os principais sintomas físicos, destacam-se fadiga, dores de cabeça, insônia entre outros; já entre *“os sintomas psíquicos, mentais e emocionais, encontram-se a diminuição da concentração e de memória, indecisão, confusão, perda de senso de humor, ansiedade, nervosismo, depressão, raiva, frustração, preocupação, medo, irritabilidade e impaciência”* (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 284). Neste sentido, a próxima seção abordará o processo de adoecimento psíquico relacionado às atividades laborais.

4. SAÚDE MENTAL E TRABALHO

O crescente processo de automação do trabalho, ocorrido entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, modificou algumas exigências que eram postas aos trabalhadores, *“não houve a eliminação da demanda pela capacidade física do trabalhador, mas, por certo, houve um aumento significativo das exigências da sua capacidade psíquica”* (BORSOI, 2007, p. 104). Sendo assim, é possível afirmar que é nesta dimensão do trabalho que os sujeitos passam a sofrer maior impacto.

Se o século XIX foi marcado por jornadas extensas, condições laborais aviltantes, pouca regulamentação das relações de trabalho etc., o século XX teve como marca principal um intenso processo de industrialização e, com ele, um acelerado avanço tecnológico, associado à adoção de modelos de gestão dos processos produtivos cada vez mais exigentes em termos da capacidade física e psíquica dos indivíduos (BORSOI, 2007, p. 104).

Os estudos de Fernandes *et al.* (2018) em relação aos adoecimentos mentais causados pelo trabalho apontaram que *“[...] no Brasil, os transtornos mentais são a terceira causa de longos afastamentos do trabalho por doença”* (p. 277). Diante disso, percebe-se a necessidade de um debate mais aprofundado na temática que envolve o trabalho e a saúde mental, se fazendo fundamental para busca de mudanças nessa relação. Para a maioria dos sujeitos em idade laboral, o trabalho influencia diretamente na sua saúde mental e no adoecimento. Na medida que o

trabalho afeta as relações interpessoais dos sujeitos, este pode “*ser fonte geradora de estresse e distúrbios do sono, corroborando a literatura vigente, nacional e internacional, acerca do adoecimento mental e a relação com o trabalho*” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 277).

Lancman e Uchida (2003) também versam sobre os impactos na saúde dos trabalhadores, devido as novas formas de desemprego que rondam os sujeitos. Para estas autoras, o desemprego estrutural e a nova forma de acumulação fazem com que todas as pessoas fiquem em intenso sofrimento, tanto os que tem um emprego quanto os desempregados.

A ameaça da demissão ronda a cabeça daqueles que permaneceram empregados. Muitos gestores passam a utilizar-se dessa possibilidade como técnica de administração de pessoas, criando uma pressão frequentemente insuportável. Passam a fazer exigências absurdas e irrealizáveis (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 81).

A era da globalização e a fragmentação das atividades laborais, associadas ao desemprego e à competitividade no mercado de trabalho, induzem “ [...] o trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pela empresa” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 278). O fato é que os trabalhadores são induzidos a acreditarem que devem cumprir as demandas propostas pelos superiores, os “*subordinados, clinicamente chamados de colaboradores, ao se verem nessa situação, irão inevitavelmente sofrer patologicamente*” (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 81).

Fernandes *et al.* (2018) relatam que crises econômicas também corroboram para o aumento de estresse relacionado ao trabalho, desencadeando quadros de ansiedades, depressões e transtornos mentais. Em alguns casos, quando extremos, pode acarretar suicídio.

A noção de sofrimento psíquico implica um estado de luta do sujeito contra as forças que o estão empurrando em direção à doença mental. Ao instalar-se o conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico dos homens, emerge o sofrimento patogênico. O sofrimento do trabalhador é formado pelo sofrimento organizado por meio dos sintomas de insatisfação e ansiedade. E o prazer no trabalho está vinculado à satisfação das necessidades representadas em alto grau pelo sujeito, assim, o prazer do trabalhador resulta da descarga de energia psíquica que a tarefa exige (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 279).

A temática do trabalho humano nem sempre foi pensado como parte

significativa dos aspectos que influenciam a vida das pessoas e diretamente na constituição do sofrimento psicológico (BORSOI, 2007). Diferentes correntes de pensadores no campo de saúde mental e trabalho analisam esta questão. Fernandes *et al.* (2018, p. 278) “destacam duas teorias: a do estresse – que investiga o estresse e o trabalho e recebe o nome de work stress – e a das ciências sociais, que privilegia as relações de poder”.

As causas do *work stress* são variadas e envolvem episódios de *mobbing* (forma de pressão psicológica ou moral), assédio psicológico, intimidação e outras formas de violência que estão cada vez mais presentes no ambiente de trabalho. Esse fenômeno provoca danos psicofísicos e sociais, gerando um efeito negativo sobre o trabalhador e a empresa. Assim, na tentativa de lidar com o estresse, os profissionais podem recorrer a comportamentos pouco saudáveis, a exemplo do abuso de álcool e outras drogas (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 278).

Para Fernandes *et al.* (2018), o adoecimento mental laboral é multifatorial, ou seja, muitas questões estão relacionadas a ele. Entretanto, para as autoras as causas mais comuns são “*ansiedade, depressão, o consumo abusivo de substâncias psicoativas e o estresse diário*” (p. 278). Além destas questões cada indivíduo irá reagir de determinada maneira diante das situações de estresse vivenciadas no trabalho.

O conceito de estresse passa a ser utilizado e entendido na relação da pessoa e de seu meio ambiente, ambiente este percebido com o prejudicial ao seu bem-estar. Para Borsoi (2007, p. 106), “*surge, então, o que conhecemos como estresse psicológico, que ressalta tanto a importância da avaliação cognitiva que o indivíduo faz da situação de ameaça como, também, suas formas de enfrentamento*”. Esta pesquisadora direciona duas faces do trabalho, a equilibrante ou a fatigante. “*Será equilibrante se permitir a expressão do desejo do indivíduo e se, de fato, configurar-se como lugar de sublimação*” (BORSOI, 2007, p. 106). *Por outro lado, “será fonte de sofrimento psíquico se o desejo precisar ser reprimido, por não encontrar ressonância naquilo que o indivíduo faz*” (BORSOI, 2007, p. 106).

Considerar que as características individuais são marcantes para o estabelecimento de uma boa relação entre trabalho e saúde mental, de forma que, do ponto de vista psicológico, certa atividade motivadora para uma pessoa poderá ser depressora para outra. E, para que haja um bem-estar físico e psíquico, é necessário avaliar as questões social, econômica e ambiental nas quais esse profissional está inserido (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 278).

Morin, Antonelli e Pliopas (2007) suportam os resultados apresentados pelos estudos de Fernandes *et al.* (2018). Para as autoras, o *“trabalho tem um papel central na organização da identidade e na construção dos sujeitos contemporâneos”* (p. 54). Desta maneira, a *“própria identidade das pessoas muitas vezes se confunde com seu trabalho”* (MORIN; ANTONELLI; PLIOPAS, 2007, p. 54). Em concordância, Borsoi (2007, p. 107) destaca que *“o que se argumenta é que o trabalho pode construir modos de sofrimento, na medida em que ele é também constituinte fundamental da subjetividade dos indivíduos, é parte de suas experiências”*.

As pesquisas das autoras direcionam que para o trabalho ser fonte de prazer, há a necessidade da percepção de satisfação que o trabalho precisa ter em si mesmo para ter sentido ao trabalhador. Elas referem que *“é necessário haver algum prazer e satisfação na realização das tarefas, resolver problemas, usar o talento e potencial, com autonomia”*. Além disso, *“o trabalho precisa ser moralmente aceitável, ou seja, ele deve ser feito de maneira socialmente responsável [...] o trabalho também precisa ser fonte de experiência de relações humanas satisfatórias, ou seja, a possibilidade da construção de laços de afeição”* (MORIN; ANTONELLI; PLIOPAS, 2007, p. 48). O trabalho não pode ainda *“se reduzir a um puro processo de reprodução, de execução de prescrições”* (LHUILIER, 2013, p. 488).

Desta forma, o trabalho é algo muito maior do que apenas dedicar-se a uma atividade com um objetivo útil. Para Lhuillier (2013, p. 489), trabalhar *“é também estabelecer relações com os outros, é engajar-se em formas de cooperação e de mudanças, é se inscrever em uma repartição de lugares e de tarefas, confrontar os pontos de vista e as práticas”*. No trabalho, os sujeitos são convocados a *“experimentar e dar visibilidade às capacidades e recursos de cada um, transmitir saberes e saber-fazer, validar as contribuições singulares, é, enfim, estar em condições de marcar com sua influência, seu ambiente e o curso das coisas”* (LHUILIER, 2013, p. 489). Neste sentido, na próxima seção explanaremos sobre algumas experiências de políticas públicas voltadas à saúde mental do trabalhador.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Em todo o mundo, dados estatísticos apontam mais de 400 milhões de

peças são acometidas por transtornos mentais e do comportamento. No Brasil não é diferente, sendo os transtornos mentais a terceira causa em relação a longos afastamentos do trabalho (SILVA-JUNIOR; FISCHER, 2015). Desta forma, questões relacionadas a saúde mental *“já ocupam cinco posições no ranking das dez principais causas de incapacidade para o trabalho, representando um fenômeno mundial”* (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 279).

É importante esclarecer que o reconhecimento legal da relação entre saúde mental e trabalho foi estabelecido mediante o Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, do Ministério da Previdência e Assistência Social, que discrimina os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho e os inclui na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 279).

Os estudos de Borsoi (2007, p. 103) referem que diante das novas configurações mundiais relacionadas ao mundo do trabalho, se faz fundamental *“aprofundar o debate sobre a relação entre trabalho e saúde/saúde mental, bem como sobre o reconhecimento dessa relação”*. Tais discussões visam a garantia e o amparo legal aos trabalhadores, assim como mudanças necessárias neste contexto.

Tais debates, assim como a própria implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), são recentes em nosso país. Mesmo que anterior a isso já houvesse o movimento da reforma sanitária, o próprio movimento só ganhou força com a redemocratização do país na década de 1980. Souza (2017, p. 59-60) esclarece que *“[...] até então, o atendimento da população tinha como base, principalmente, o assistencialismo, que ficava a cargo das empresas, da Previdência Social ou de instituições filantrópicas, com poucas e desconectadas ações de prevenção”*. Ainda de acordo com Souza (2017), foi a mobilização dos trabalhadores, representados pelos sindicatos da época, e a busca de democratização por uma parcela da população que possibilitaram a redemocratização do país. Desta forma, *“essas articulações populares possibilitaram que a saúde fosse considerada uma cláusula pétrea na Constituição Federal (CF) brasileira de 1988, ou seja, um direito de todas as pessoas que não pode ser alterado”* (SOUZA, 2017, p. 60).

Tal fato culminou com a implantação do SUS, que pode ser considerado como uma significativa vitória da mobilização social ocorrida na época, pois se trata de um dos mais amplos sistemas públicos nacionais do mundo, tendo como princípios a universalidade, a integralidade, a equidade, a descentralização e a participação social (SOUZA, 2017, p. 60).

Para a autora o campo da saúde do trabalhador integra um dos grandes desafios da implementação do SUS. Historicamente vai em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros, não somente no que acomete adoecimentos orgânicos e físicos, mas também *“apresenta-se como alternativa interessante para o desenvolvimento da compreensão, para o fomento e para a adoção de práticas que visem a proteger a saúde mental dos trabalhadores”* (SOUZA, 2017, p. 61).

Em seus estudos, Souza (2017) destaca algumas discussões no campo relacionado a saúde do trabalhador e adoecimento mental, como na 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, realizada no ano de 2014, que abordou diretamente saúde mental relacionada ao trabalho.

O documento resultante da Conferência propõe a criação e implantação de política de saúde mental no trabalho, articulando as ações individuais, que visam à assistência e à recuperação dos agravos com ações coletivas de diferentes autores sociais, que devem priorizar a proteção, promoção, prevenção e fiscalização dos ambientes de trabalho, dos processos e das atividades de trabalho (SOUZA, 2017, p. 79).

Outros organismos intergovernamentais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU) também têm se atentado a questões relacionadas aos adoecimentos mentais dos trabalhadores ao redor do mundo. Em 2008, a União Européia (UE) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) se posicionaram em relação a este fato, considerando as mudanças no ritmo e na natureza do trabalho contemporâneo e as pressões provocadas por essas transformações na saúde mental dos trabalhadores. Para tanto, incluíram como uma das cinco prioridades do Pacto Europeu para a Saúde Mental e bem-estar da população a necessidade de ações preventivas nos ambientes laborais, afim de minimizar os impactos do trabalho sobre o psiquismo humano (SOUZA, 2017).

Para Cechet (2021), a existência de programas de saúde mental na saúde pública não garante atendimento a toda população. Há ainda o fato de muitas pessoas não procurarem auxílio por motivos múltiplos, especialmente ao correlacionar tal assistência a uma visão distorcida sobre adoecimento psicológico. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a OMS recomendam a necessidade de *“proteção do bem-estar físico e mental dos trabalhadores, visando a adaptar o labor a um ambiente saudável de convivência”* (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 285). Desta forma, faz-se necessário a elaboração de políticas protetivas aos

trabalhadores. Para isso, é fundamental *“considerar o conhecimento técnico, os saberes, as experiências e subjetividade dos trabalhadores”* (SOUZA, 2017, p. 64).

Os posicionamentos e sugestões acima citados, *“são essenciais para a sensibilização da população sobre o assunto e para a elaboração de políticas públicas que foquem a prevenção de agravos à saúde mental dos trabalhadores”* (SOUZA, 2017, p 81). Neste sentido, na próxima seção serão descritas algumas estratégias que têm sido empregadas com o foco na saúde mental do trabalhador, especialmente enquanto política pública.

6. ESTRATÉGIAS EM SAÚDE MENTAL PARA SAÚDE DO TRABALHADOR ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

No campo do trabalho, a saúde mental ainda não é vista como relevante nos mais variados contextos. Quando há o adoecimento, primeiramente procura-se tratar questões físicas e somente em último caso é que as questões emocionais são levadas em consideração, situação que pode agravar os sentimentos adoecido dos trabalhadores (CECHET, 2021). Conforme Merhy e Franco (2009, p. 281), nas sociedades de direito à saúde, como é o caso da brasileira, pautada na CF de 1998 *“o ‘trabalho em saúde’ deve pautar-se pelo ‘referente simbólico’: ato de cuidar da vida, em geral, e do outro, como se isso fosse de fato a alma da produção em saúde”* (p. 281). Dessa forma, há de se pensar as reais necessidades voltadas à saúde dos usuários individuais e coletivamente. Neste campo se faz relevante refletir sobre as condições de trabalho que estão inseridos.

Em concordância com Merhy e Franco (2009), Lancman e Uchida (2003, p. 81) refletem em seus estudos sobre a precarização do trabalho e a implicância disso na realidade subjetiva vivida pelos sujeitos, *“ou seja, de conviver em um mundo onde se perdeu uma série de garantias trabalhistas, direitos adquiridos, conquistas que protegem não só socialmente, mas psiquicamente as pessoas”*. Para elaboração das angústias vividas no trabalho, os autores citam o estudioso e psicanalista Dejours, que propõe a escuta destes trabalhadores

[...] não só a fala individual, mas principalmente a coletiva. Isso porque, para a psicodinâmica do trabalho, se o sofrimento é da ordem do singular, sua solução é coletiva. Para tanto é fundamental que se crie o que o autor chama de espaço público, espaço de circulação da palavra coletiva. É na escuta do que é expresso que se cria a possibilidade do sofrimento emergir e sua solução ser pensada por todos (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 84).

Conforme os estudos de Lancman e Uchida (2003, p. 87), *“se o trabalhador é capaz de pensar o trabalho, de elaborar essa experiência ao falar, de simbolizar o pensamento e chegar a uma interpretação”*, ele tem a possibilidade de negociar e buscar novos sentidos ao trabalho. Os autores pontuam ainda que *“o agir comunicacional busca por meio da intercompreensão, tornar visíveis as razões, a racionalidade, o sentido do trabalho, a problemática vivida pelos trabalhadores para realizar sua atividade e por que (pelo que) eles buscam respostas”*, sejam para si próprios ou para a coletividade (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 87).

As práticas de tratamento dos trabalhadores adoecidos devem ser pensadas em um processo ativo de reflexões sobre o ambiente de trabalho e o trabalho propriamente dito, a fim de nortear as intervenções a estes indivíduos,

Nesta perspectiva, todas as ações – quer sejam voltadas para transformação de situações de trabalho, quer para a prevenção de doenças ligadas ao trabalho, para tratamento ou reabilitação – ganham um novo olhar a partir da compreensão de que, se o trabalho é gerador de doenças e sofrimento, qualquer ação que vise a sua transformação ou vise a amenizar o sofrimento dos trabalhadores adoecidos ou em risco de adoecimento deve se dar a partir de mudanças na relação das pessoas com o seu trabalho, ou seja, com o ato de trabalhar (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 88).

As intervenções de tratamento e de reabilitações necessitam proporcionar aos sujeitos acometidos de adoecimentos laborais, não somente o conhecimento sobre sua saúde, *“mas também uma instrumentalização que permita mudar sua relação com o trabalho, transformando o processo de tratamento em um processo de participação ativa e em uma ação transformadora”* (LANCMAN; UCHIDA, 2003, p. 89). Para Fernandes *et al.* (2018, p. 284), além das intervenções realizadas por profissionais, *“se faz necessário que o trabalhador procure atividades que ressignifiquem sua vida pós-adoecimento laboral, com vista a tentar encontrar algo que o satisfaça, mantendo sua qualidade física e mental”*. Passar pelo adoecimento, pode levar os sujeitos a reconhecer suas potencialidades e limites, assim como a ressignificar as situações vivenciadas, possibilitando a valorização de coisas que

antes do adoecimento não eram vistas como importante, como coisas simples do seu dia a dia.

Conforme Souza (2017, p. 176), é fundamental que ocorra a construção de coletivos na luta contra “*a constante ameaça de cortes de gastos com a saúde pública, do aumento da precariedade vivenciada pelos trabalhadores da área e do aumento da mercantilização da saúde da população*”, fazendo-se necessário mobilização popular em defesa do sistema de saúde público. Além disso, é importante favorecer espaços em que os profissionais que trabalham na saúde possam continuar realizando ações como as pautadas na saúde do trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou debater sobre o trabalho e o seu lugar na vida dos sujeitos trabalhadores, ainda que de uma perspectiva teórica. Percebe-se que as questões relacionadas ao trabalho têm papel fundamental na própria constituição dos sujeitos, podendo ser fonte de prazer, quando percebido de forma positiva, ou de desprazer e sofrimento quando visto de forma negativa. Neste último casos, tal percepção acarreta adoecimentos e afastamentos do trabalho.

Debates em torno da temática do adoecimento e do trabalho mostram-se fundamentais, a fim de compreender a assistência à saúde dos trabalhadores e a transformação deste contexto. Questões que envolvem o adoecimento laboral e a saúde mental, sendo a temática de trabalho e saúde mental, ainda são carentes de estudos, sejam eles com foco no levantamento dos problemas ou ainda na proposição de soluções, especialmente do âmbito de políticas públicas.

Práticas em saúde mental e trabalho necessitam ser pensadas e planejadas em conjunto com os próprios trabalhadores, pois são eles que adoecem e conseguem ter a percepção de quais motivos os levam ao adoecimento. Necessita-se ainda de planejamento em estratégias preventivas de acordo com a profissão, pois cada categoria profissional possui características próprias, dentro de uma realidade. As intervenções devem ter como foco os principais pontos que levam os trabalhadores ao adoecimento e afastamento laborais.

Reconhece-se como ponto forte do presente trabalho a análise sobre o adoecimento mental relacionado as condições de trabalho, entendendo que tal

debate pode resultar em medidas que favoreçam pensar estratégias preventivas ao adoecimento no ambiente de trabalho e fortalecimento das políticas públicas de saúde. Entretanto, o pouco tempo para elaboração e o formato de pesquisa acabam sendo um ponto franco deste estudo. Uma pesquisa a campo seria fundamental para se conhecer a realidade dos trabalhadores e os fatores desencadeantes de adoecimentos. Durante a revisão de materiais para a presente revisão, observou-se que, embora os estudos relacionados a saúde mental e trabalho ainda sejam poucos, estão ocorrendo avanços nestas linhas de pesquisa. A realização de estudos com esta temática faz-se necessário, visando possibilitar aos trabalhadores respaldo que garantam seus direitos e benefícios, ou acesso a eles, em virtudes dos adoecimentos psicológicos provocados pelo trabalho. Por fim, é mister destacar que a presente pesquisa é relevante por ser associada a questões diretamente relacionadas a saúde pública. Neste sentido, além de reflexões acadêmicas, por se tratar de política pública, reflexões relacionadas à saúde mental do trabalhador direcionam um benefício para a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecidos no trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul/set. 2015.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Revista Psicologia & Sociedade**; vol. 19; Edição Especial 1, p. 103-111, 2007.

CECHET, Leandro Wrubel. Saúde mental em agentes da segurança pública: Um estudo exploratório na polícia militar do estado do Paraná. **Revista Científica de Segurança Pública (RCSP)**. Natal: PMRN, vol. 1, n. 1, p. 109–122 jul./dez., 2021.

DIAS, Carolyna Neves; ANDRADE, Vânia Lucia Pereira de. A relação entre a síndrome de Burnout e o policial militar brasileiro. **Caderno de Psicologia**, vol. 2, n. 4, p. 186- 209, jul./dez., 2020.

ELIAS, Marisa Aparecida; NAVARRO, Vera Lúcia. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, vol. 14, n. 4, p. 517-525, 2006.

FERNANDES, Marcia Astrês; SILVA, Raquel Araújo da; IBIAPINA, Aline Raquel de Souza; SILVA, Joice Soares. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Revista Brasileira Medicina do Trabalho**, vol. 16, n. 3, p. 277-286, 2018.

LANCMAN, Selma; UCHIDA, Seiji. Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, vol. 6, p. 79-90, 2003.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. **Revista Psicologia & Sociedade** (Trad. Fernanda Spanier Amador), vol. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.

MERHY, Emerson Elias. FRANCO, Túlio Batista. Trabalho em saúde. **In dicionário**

da educação profissional em saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica em saúde Jardim Venancio, Rio de Janeiro, 2009.

MORIN, Estelle Maria José. Os sentidos do trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas** (Trad. Angelo Soares) vol. 41, n. 3, p. 8-19, Jul./Set., 2001

MORIN, Estelle; ANTONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. O trabalho e seus sentidos. **Revista Psicologia & Sociedade**; n. 19; Edição especial 1, p. 47-56, 2007.

MOURA, Simone Vivian de. Os impactos do trabalho sobre a saúde mental do policial militar. **Revista Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública.** Jan./dez 2019.

NATIVIDADE, Michelle Regina da; COUTINHO, Maria Chalfin. O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. **Revista Psicologia & Sociedade**, vol. 24, n. 2, p. 430-439, 2012.

SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Revista trabalho, educação e saúde.** Rio de Janeiro, vol. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011.

SILVA-JUNIOR, J. S.; FISCHER, F. M. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira De Epidemiologia**, vol. 18, n. 4, p. 735–744, 2015.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Saúde mental relacionada ao trabalho na rede pública de saúde brasileira: concepções e atuações transformadoras.** 209 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, 2017.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Alvaro Roberto Crespo. Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 19, n. 3, p. 362-370, 2006.